

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA EM ÂMBITO REGIONALIZADO: UM ESTUDO DA CRIAÇÃO DA COOPERATIVA A1 DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, SC

Paulo Ricardo Bavaresco*

Caroline Paimi**

Maiara Coletto***

RESUMO

Desde meados do século XVIII, na Inglaterra, a cooperativa matriz de Rochdale iniciou o modelo de cooperativismo que ficou conhecido em todo o mundo. Inicialmente caracterizado como precário, o cooperativismo inglês propunha como objetivo basilar a organização de uma cooperação informal baseada na ajuda mútua entre os associados com o intuito de pura sobrevivência. Com o desenvolvimento cooperativista, a instituição de princípios fundamentais buscou instaurar um novo sistema econômico e social fundado na cooperação com o objetivo de transformações conjunturais ao longo da história. O sistema cooperativista do século XVIII passou por inúmeras mudanças até chegar ao que conhecemos hoje. Nesse mister, fazem-se necessárias a contextualização histórica e a análise conjuntural de perspectivas de desenvolvimento para a atualidade. Além de compreender o contexto global cooperativista, é necessário analisar regionalmente os pequenos grupos associados, que se estabelecem em prol de efetivar a comercialização de maneira mais competitiva e organizada. Com esse intuito, com o presente artigo visou-se um estudo regionalizado do sistema cooperativista local, qual seja da Cooperativa A1 localizada no Município de Descanso, SC. Para alcançar tal objetivo, as informações que seguem foram coletadas com essa organização cooperativista para estabelecer, por meio da pesquisa bibliográfica, o registro da criação, organização e evolução da Cooperativa A1.

Palavras-chave: Cooperativa. Regionalizada. Comercialização solidária.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios da história, quando o homem passou a conviver em grupo, fez-se necessária a criação de um sistema que permitisse a convivência harmônica em sociedade, desencadeando, mesmo que informalmente, as primeiras organizações sociais conhecidas em nosso contexto histórico.

Essas organizações sociais começaram a desenvolver pequenos comércios informais e individualizados, os quais não se preocupavam com a concorrência econômica, mas apenas em gerar economia suficiente para a sobrevivência e realizar pequenas trocas de mercadorias.

Com a ruptura da Idade Média e o advento da Idade Moderna, o modelo econômico passou de manufatureiro para industrial. Nesse contexto, permitiu-se visualizar uma divisão social acentuada: surgiam diferentes classes sociais hierarquicamente reconhecidas e não mais definidas apenas pela “ordem natural divina”.

Diante das constantes transformações, a economia pode ser destacada como a propulsora do desenvolvimento social como um todo. Contribuindo para esse contexto, percebe-se já em meados do século XVIII um modelo de organização social propício a estabelecer uma organização econômica rentável: o cooperativismo.

Esse modelo econômico nasce da união de um grupo de pessoas com objetivos comuns. Desenvolver ações coletivas, pautadas em uma participação democrática, para a obtenção de benefícios aos cooperados na produção e comercialização de bens, conseguindo maior representatividade perante o mercado consumidor. Caracteriza-se por estabelecer objetivos econômicos comuns pautados na economia solidária, cooperação e ajuda mútua em um sistema de

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

**Graduanda do 9º período do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste; caroliic@yahoo.com.br

*** Graduanda do 9º período do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste; eu_mey@yahoo.com.br

gestão controlada pelos próprios cooperados. Tal objetivo se concretiza ao se estabelecerem princípios a serem seguidos, a exemplo da voluntária adesão, autonomia e independência, participação econômica e compromisso com a comunidade em prol de valores como igualdade, racionalidade e humanismo.

Esse novo modelo de organização da força de trabalho se expandiu além da Europa e se concretizou também no Brasil. Nesse contexto, o cooperativismo será abordado desde seu surgimento histórico até os fundamentos que o constituem na atualidade sob uma perspectiva regionalizada de sua implantação na região Oeste de Santa Catarina, por meio do conhecimento da Cooperativa de crédito constituída no Município de Descanso, SC, Cooper A1.

2 DA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

A história do cooperativismo iniciou na Inglaterra quando emergia a Revolução Industrial, em uma época na qual os trabalhadores, operários das fábricas, viviam da força de sua mão de obra. O contexto social era de abandono e miserabilidade, traduzidos por longas e precárias jornadas de trabalho, baixos salários e nenhuma assistência em meio a um cenário de fome e desolação. Com a Revolução Industrial, o processo produtivo modificou a mão de obra orgânica para o modo de produção em série por meio do uso da máquina a vapor, aumentando a produção com menos mão de obra e gerando maiores desigualdades sociais.

A instalação de fábricas e o crescimento urbano em seus arredores aumentou consideravelmente o êxodo dos moradores do campo em busca de empregos nos centros industriais que ora se formavam. Com a migração, vieram os problemas de falta de estrutura urbana, o aumento das periferias e um caótico e desenfreado aumento da pobreza. Surgiram, então, evidentemente distintas, duas classes sociais constituídas: os capitalistas proprietários dos meios de produção e os proletários detentores da força de trabalho gerando constantes lutas de classes dos trabalhadores contra a burguesia e o sistema capitalista de exploração da força de trabalho. Souza (2008, p. 160) agrega ao sintetizar:

A especialização do trabalho foi sendo levada, no entanto, ao ponto de exaustão. Os trabalhadores passaram a ser utilizados em trabalhos repetitivos, como robôs em uma escala de produção onde cada operário tinha um único movimento e o reproduzia milhares de vezes a cada jornada de trabalho. Além disso, as jornadas não tinham limite de horário e as crianças passaram a ser utilizadas como força de trabalho. Naquele mesmo período os contingentes populacionais expulsos das sociedades feudais – em decadência – necessitavam de trabalho para evitar a punição como vagabundos. Nestas circunstâncias os salários eram insignificantes, e apesar da ocupação, o nível de miséria era avassalador.

Ao passo que essa situação se agravava e diante da incerteza de qualquer tipo de melhora, no que se refere ao trabalho nas fábricas, um grupo de operários, com o intuito de mudanças na conjuntura social, procurou juntar forças para sobreviver à crise que estava instalada e afetava a todos. Nesse momento nascia o cooperativismo, caracterizado por uma cooperação informal e assistemática, que fez se expandir e se consolidar como formal e sistemática com o passar dos anos. A mobilização do proletariado abandonou o enfrentamento ao capitalismo pela luta de classe, utilizando-se, nesse momento, de organização e mobilização em prol da formação de cooperativas de produção e consumo. Veja-se o que expressa Luxemburg (2005, p. 80):

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista, que, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução.

Historicamente, o marco do cooperativismo ocorreu no ano 1844, na cidade de Rochdale (Inglaterra), onde foi criado o primeiro armazém cooperativo de que se tem conhecimento. A junção de forças de aproximadamente trinta tecelões criou a “Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale.” (LOUREIRO, 1981).

Depois desse marco, emergia na sociedade, a todo tempo, os ideais de uma nova conjuntura social com valorização da forma de trabalho, condições mínimas de sobrevivência, proteção ao trabalhador, direitos de igualdade e liberdade. Toda a Europa se via diante de uma ruptura social evidente, em que os operários passaram a perceber a necessidade da sua força de trabalho como basilar para o fomento da Revolução Industrial, vindo a se organizarem em defesa da classe.

A organização da classe trabalhadora se evidenciou. Estudiosos e pensadores da época passaram a incentivar a organização de grupos sociais contra a exploração provocada pelo sistema, a miserabilidade das classes sociais operárias e a ascensão desenfreada da burguesia. Eclodia a necessidade de organização das classes em prol de mudanças coletivas representadas pelas colônias coletivas de trabalho, que conseguiam concentrar a produção, diminuir gastos, aumentar a produtividade e principalmente dividir a força de trabalho.

Antes mesmo de toda essa mobilização e ainda antes do marco positivista do surgimento do Cooperativismo, Robert Owen, já em meados de 1771, inicia sua história no contexto cooperativista. Apesar de ser empresário do ramo da tecelagem, Owen preocupou-se com os problemas sociais emergentes na classe trabalhadora, a exemplo da jornada de trabalho, exploração do trabalho infantil, baixa condição de sobrevivência, reduzida expectativa de vida, entre outros problemas emergentes e buscou fomentar seus ideais ao passo que despertava a atenção de todos os empresários para a necessidade de mudanças nesse sentido. Sem êxito em sua luta em razão da não aceitação por parte dos demais empresários, Owen batalhou sozinho na Inglaterra. Sem sucesso em seu país, procurou demonstrar a necessidade de mudanças em outros países da Europa.

A História se encarregou de demonstrar a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen e outros ideólogos do movimento. A dialética da interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado. Não obstante isso, este cooperativismo tipicamente “individualista” que resultou da metamorfose por que passou a proposta original dos Pioneiros de Rochdale, continua sendo caracterizado e difundido como um movimento capaz de levar a transformação de sociedades baseadas no regime de competição e lucro, em sociedades baseadas na cooperação e na ajuda mútua [...] (LOUREIRO, 1981, p. 11-12 apud SCHENEIDER, 1999). =

A semente do cooperativismo foi espalhada pela Europa com ideais de transformação, organização e cooperação social. Nos Estados Unidos foram criadas colônias baseadas na propriedade coletiva, criação de cooperativas e de sindicatos, fatos que atribuíram a Owen o título de pai do cooperativismo moderno.

2.1 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Antes mesmo da colonização portuguesa no Brasil, já na verdadeira ocupação indígena, o Brasil se caracterizava como um país essencialmente rural. Porém, o método de cooperação se evidencia com a colonização portuguesa, mais especificamente no final do século XIX, quando se percebeu uma forte e consolidada cooperação entre trabalhadores pertencentes a uma mesma classe, que uniram suas forças em busca de melhores condições de trabalho condizentes com suas necessidades. São exemplos dessas organizações os grupos de trabalho de profissionais liberais e de operários que se destacaram no contexto histórico brasileiro.

Registros históricos mostram que a primeira organização cooperativa no Brasil ocorreu em 1889 no Estado de Minas Gerais, com a criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, inspirada nos ideais cooperativistas da Europa. O movimento cooperativista posteriormente se expandiu para outros Estados do país, como Rio de Janeiro, Pernambuco São Paulo e Rio Grande do Sul, desenvolvendo organizações cooperativas principalmente de crédito e de produção rural (LUXEMBURG, 2005).

A essência dessas organizações se deve à influência das colonizações europeias como a italiana e a alemã, especialmente na região Sul do país. Essas culturas fomentam muito a participação familiar e coletiva na divisão do trabalho. As iniciativas comunitárias são valorizadas e engrandecidas. O trabalho representa muito além da maneira pela qual se obtém o sustento, mas também é característica cultural de crescimento familiar em conjunto com a participação de todos, o que motivou a organização das cooperativas. Nesse sentido, pode-se agregar que:

O cooperativismo produz mercadorias e tende a produzir sujeitos mais aptos para o exercício da cidadania, porque, no ambiente cotidiano do sistema econômico em que agem, para produzir mercadorias (e serviços), participam, discutem e interagem como iguais, tendo por base princípios, regras e valores éticos e morais de elevado sentido democrático. O sistema cooperativista está, portanto, vocacionado a se construir em uma ágora institucional, ou seja, um espaço (não físico) entre o individualismo exacerbado (destrutivo) e o espaço público dominado por *lobbies* de interesses e por grupos hegemônicos de pressão. (SOUZA, 2008, p. 174).

Em 1969, com característica de entidade sem fins lucrativos e com o objetivo de defender e difundir o cooperativismo no Brasil, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras. Esse primeiro passo representou a materialização de uma história de luta e defesa dos ideais e princípios cooperativistas.

Dois anos após, no âmbito jurídico, a Lei n. 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas e dos sindicatos, conforme se pode analisar:

[...] Às cooperativas ficou reservado o papel mais árduo de reunir pequenos proprietários e trabalhadores autônomos, dando-lhes melhores possibilidades de enfrentar exigências de mercado e da própria atividade. Destarte, enquanto os sindicatos se firmavam como organizações de luta, as cooperativas tratavam de desenvolver o sentido de solidariedade dentro do grupo, orientação que se acha bem expressa no art 3º da Lei n 5.764, onde se declara tratar-se de sociedade na qual as pessoas que a constituem contribuem com bens e serviços, para o exercício da atividade econômica “de proveito comum”, sem visarem o lucro. (PINTO, 1999, p. 25).

No entanto, a Lei n. 5.764/71 apesar de fomentar a organização das classes e o sentido de solidariedade entre os cooperados, não agradou aos que buscavam uma autonomia cooperativista, ao passo que a legislação permitia a interferência do Estado na criação, no funcionamento e na fiscalização do empreendimento cooperativo, gerando dissabores à classe que ora se constituía.

Esse cenário prevaleceu por 17 anos até ser promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que proibiu a interferência do Estado nessas instituições, gerando, conseqüentemente, a propulsão da criação de inúmeras cooperativas nos mais diversos setores. O cooperativismo conquistava nesse momento sua independência do Estado pela previsão contida no artigo 5º, inciso XVIII da Constituição Federal (não ingerência do Estado nas cooperativas). Iniciava nesse momento um sistema de livre adesão, gestão democrática e participativa.

3 FUNDAMENTOS COOPERATIVISTAS

Podendo ser definido como um sistema organizado por meio da união de pessoas que buscam objetivos em comuns nas áreas da economia e do desenvolvimento financeiro e social, o cooperativismo apresenta uma gestão democrática e participativa pautada em ações coletivas. O principal objetivo de uma cooperativa é organizar a comercialização da produção dos bens de seus cooperados, permitindo uma maior competitividade no mercado e uma margem de lucro mais acentuada.

Por caracterizar-se dessa maneira, o cooperativismo se desenvolve com maior evidência no âmbito rural. É nesse cenário que se encontra uma maior necessidade de trabalho coletivo, uma vez que pequenos produtores encontram dificuldade em participar do grande mercado consumidor, vendo, dessa forma, no cooperativismo, a possibilidade de juntar forças e competir no mercado da produção com mais intensidade.

A união dos agricultores agrega valor ao produto, que vendido em maior quantidade recebe uma melhor valorização. Nesse sentido, os agricultores conseguem ganhar nome e atingir o mercado consumidor. A cooperativa trabalha

nesse contexto como uma mola propulsora do desenvolvimento gradativo dos pequenos produtores, que juntos alcançam mercados cada vez melhores, facilitam o desenvolvimento do trabalho e podem angariar benefícios concedidos às cooperativas, a exemplo da facilidade em adquirir empréstimos e ferramentas para desenvolver o trabalho agrícola.

Como toda organização ordeira, o cooperativismo pauta seus ideais em princípios. São eles que norteiam o funcionamento das cooperativas e estabelecem regras a serem seguidas. Em um total de sete, os princípios cooperativistas são heranças de Rochdale, seguidos até os dias atuais, conforme se acrescenta:

Portanto, cooperativa ou movimento cooperativo que ser fiel ao espírito dos pioneiros, deve abraçar o conjunto de princípios por eles formulados e depois redefinidos pelas instituições herdeiras de Rochdale, segundo as necessidades de cada época. São princípios que, isoladamente, pouco expressam, mas tomados em bloco, apresentam uma grande lógica e coerência interna e uma grande eficácia. Mas abraçá-los não significa considerá-los no sentido literal e como se fossem elementos cristalizados e fixos na história. (SCHNEIDER, 1999, p. 49).

Ao longo da história, o modelo de gestão e as regras de funcionamento de Rochdale tornaram-se sistemáticas e transformaram-se em princípios aperfeiçoados e seguidos até a atualidade em todo o mundo, sendo compreendidos como necessários para que um empreendimento se caracterize como uma cooperativa. Pautadamente, faz-se necessária a compreensão de cada princípio para que se possa compreender o verdadeiro espírito cooperativista.

Pela *adesão livre e voluntária*, pode-se perceber o caráter de democracia estabelecida pela cooperativa que se apresenta como uma organização voluntária aberta à adesão de todos que queiram utilizar seus serviços e assumir suas responsabilidades. Tal tarefa ocorrerá por uma *gestão livre e democrática* mediante a participação ativa dos membros na formulação das políticas e tomada de decisões nas eleições de seus representantes e voz ativa nas decisões em prol do grupo de cooperados.

Depois de aderir à cooperativa e saber da possibilidade de participação efetiva, o cooperado precisa materializar essa sociedade integrando capital. A *participação econômica dos associados* representa o repasse de capital de cada cooperado para que a cooperativa se constitua. O capital será controlado democraticamente, sendo parte deste propriedade comum da cooperativa e os excedentes de produção destinados ao desenvolvimento da organização e à criação de valores de reservas utilizados nas transações realizadas pela cooperativa e na busca de incentivos financeiros aos seus membros. Essa relação próxima na divisão do trabalho, na ajuda mútua e na divisão do capital e dos lucros define também o *princípio da autonomia e independência cooperativa*.

Ainda, compõem a base principiológica da cooperativa os princípios da *educação, formação e informação* responsável por promover a formação de seus membros voltados para o debate de opinião a ser utilizado em prol da defesa dos interesses cooperativistas. Essa estratégia é eficaz no desenvolvimento do grupo e também propicia a *intercooperação* por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais de cooperados.

Todos esses ideais se fundamentam e se justificam pelo principal objetivo das cooperativas: *responsabilidade social e preocupação com a comunidade*. Esse sétimo e último princípio expressa a necessidade do trabalho coletivo para o desenvolvimento sustentável das comunidades, observando-se suas dificuldades, desenvolvendo alternativas de produção, respeitando o ambiente e as condições de trabalho de cada cooperado. A responsabilidade social da cooperativa se evidencia quando esta utiliza a gestão democrática como pilar de sustentação, permitindo que todos interajam e participem das decisões do grupo para facilitar o trabalho.

No entanto, apesar de estabelecidos os principais nortes do cooperativismo, estes não podem ser compreendidos como estagnados. Nesse sentido, evidencia-se:

Um outro aspecto importante que convém ressaltar é que os princípios ou as normas do cooperativismo não expressam uma situação já plenamente alcançada e confirmada; mas, sim, expressam uma meta, um programa de ação através da cooperação cooperativista, que se vai conquistando dia-a-dia sempre um pouco mais, com as inevitáveis contradições, avanços e recuos próprios de qualquer processo social. O acontecer cooperativo nunca é um fato acabado e definitivo [...] (SCHNEIDER, 1999, p. 50).

Por óbvio, como citado pelo autor, as cooperativas precisam acompanhar o desenvolvimento econômico, uma vez que produzem para um mercado em constante transformação. Agrupar pequenos produtores, buscar um melhor mercado consumidor e fortalecer as relações econômicas são políticas a serem aperfeiçoadas diariamente.

Nesse contexto, os valores expressos pelos princípios cooperativistas necessitam de adequações condizentes com a realidade local e com as perspectivas almejadas pela cooperativa. Dessa forma, sempre serão entendidos como ensinamentos basilares em prol de uma organização cooperativa que mantenha as bases de sustentação respeitadas, mas que também permita transformações em seu próprio benefício visando ao seu crescimento.

4 COOPERATIVA A1 – DESCANSO, SC

O sistema cooperativista, em sua essência, apresenta-se ao longo dos anos como uma alternativa importante para o desenvolvimento de um instrumento de dinamização da economia. Em a nível nacional, estadual ou municipal, as cooperativas ganharam espaço pela forma de organização eficiente a qual permite sua competitividade de mercado.

A política cooperativista possibilita uma melhor distribuição de renda entre os cooperados que, por sua vez, ao produzirem em grupo, aumentam o valor do produto, as possibilidades de comercialização e ampliam a visibilidade do grupo frente ao mercado consumidor. Exemplo dessa modalidade eficiente de organização cooperativa é a Cooperativa A1 localizada na cidade de Descanso, SC.

Para a realidade local, a Cooper A1 assumiu um importante papel no desenvolvimento dos pequenos agricultores familiares do Município, ao passo que trouxe organização para as propriedades, sistema de plantio e colheita cooperativo e principalmente desenvolvimento de uma mentalidade pautada na necessidade de união dos agricultores em busca de melhores condições de trabalho e de escoação da produção com melhor valorização. Investindo em orientação, difusão e proximidade de novas técnicas e tecnologias, concedendo crédito rural, criando sede para armazenamento da produção e difundindo a organização do grupo é que a Cooperativa se consolidou e formou bases fortes em prol do bem de todos os associados. Com essas bases é que passará a compreender essa ascendente Organização Cooperativa do Oeste catarinense.

4.1 ORIGEM DA COOPERATIVA

Com a missão de promover o crescimento tecnológico, econômico e social dos cooperados, valorizando o indivíduo e o meio ambiente, somando valores à produção agrossilvipastoril por meio da ação cooperativa, estabeleceu-se a Cooperativa A1.

Focada nessa missão, a Cooperativa surgiu no início da década de 1930 quando o agrônomo alemão Otto Erich Winckler, baseado no sistema europeu, procurou desenvolver o cooperativismo na região, buscando introduzir o sistema cooperativista nas propriedades em busca de uma melhoria nos baixos preços dos produtos em razão do desinteresse do Governo com os agricultores.

Com lentas conquistas, porém gradativas e com apoio de outros idealizadores, Otto desenvolveu os ideais cooperativistas inicialmente com o apoio de 18 agricultores, os quais investiram cerca de 540 réis e fundaram a Sociedade Cooperativa Mista Palmitos Ltda. em 01 de outubro de 1933, a qual se tornou a mais antiga Cooperativa do Estado catarinense.

Foram enfrentadas muitas dificuldades, em razão de restrições de capital, dificuldade de armazenamento e transporte de mercadorias e manutenção da sede que fora alugada. No entanto, a comercialização de banha, mel e fumo permitiu que a Cooperativa se firmasse e desenvolvesse.

Dois anos após a sua fundação, a sede cooperativa alugada foi substituída pelo primeiro armazém construído pelos próprios associados. O espírito cooperativista se firmava ainda mais quando as forças se juntaram, com doação de matérias e força de trabalho em prol da construção da sede com capacidade de armazenar aproximadamente 120 toneladas de fumo. A Cooperativa se desenvolvia e já comercializava além da própria produção, produtos de primeira necessidade como sal, querosene e tecidos.

A visível expansão propiciou no ano 1979 a fusão entre a Cooperativa Agrícola Mista de Palmitos e a Cooperativa Agropecuária de Mondaiá, fazendo nascer a Cooperativa Regional Arco-Íris Ltda., conhecida como Cooperarco

que, por sua vez, após mais de duas décadas de funcionamento, buscou a fusão com a Cooper Santa Lúcia de Descanso, SC, originando a atual Cooperativa A1.

4.2 COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE DESCANSO, SC

No Município de Descanso, SC a população de pouco mais de 8 mil habitantes tem sua economia baseada na produção agrícola de ordem familiar. Algumas propriedades rurais se destacam das de pequena produção por apresentarem percentual maior na produção e produtividade, porém, em um número tão ínfimo que se confundem com as de pequena produção. Nesse intuito, o surgimento da Cooperativa A1 (nome escolhido pela junção de *Cooperativa + Agropecuária + 1ª* do Estado de Santa Catarina) trouxe uma nova perspectiva para os agricultores descansenses.

A importância econômica da Cooperativa se expressa pela necessidade de desenvolvimento da principal atividade econômica do Município de Descanso, SC e dos demais municípios de pequeno porte da região. A Cooperativa oferece várias oportunidades aos cooperados: crescimento no mercado competitivo, maior organização pela lucratividade dos produtos do campo, exigências de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor, além da geração de empregos diretos e indiretos para a manutenção de sua estrutura.

Ainda, a Cooperativa propicia um maior espaço social para o trabalhador rural que, muitas vezes, sente-se excluído nas participações econômicas e políticas da sociedade em que convive. Com o intuito de dar voz a essas pessoas, o sistema cooperativista valoriza a formação de líderes sociais na defesa dos objetivos dos trabalhadores de sua classe. Nesse sentido:

Com relação ao quadro social, será tão mais autêntica a cooperativa, quanto mais efetivo o trabalho com vista à organização dos cooperados, donde o êxito de qualquer proposta que vise a um relacionamento transparente, descentralizado/participativo, fiel e duradouro. Vem daí também a geração de novos líderes, a permitir a reoxigenação, de tempos em tempos, no âmbito dos estamentos diretivos. Mobilizar/ativar o quadro associativo, pela nucleação das diferentes unidades em que baseado, ou nos órgãos ou entidades de representação, significa, em resumo, valorizar os cooperados. (DOMINGUES, 2002, p. 31).

Com o propósito de aumentar o leque de associados mobilizando produtores de toda a região, a Cooper A1 em 2003, ano de sua criação, incorporou a Cooperativa Agropecuária de Itapiranga, até então chamada Cooperativa. Em menos de um ano, expandiu sua administração e atingiu o Estado do Rio Grande do Sul, instalando suas filiais em quatro cidades gaúchas. No Estado catarinense, atua em 11 municípios, tornando-se a segunda maior cooperativa do segmento agropecuário do Estado catarinense, desenvolvendo principalmente a produção de leite, suínos, aves e grãos.

Essa expansão da Cooperativa somente reforça um dos seus ideais mais importantes do movimento cooperativista: a junção da força de trabalho em gestões democraticamente organizadas para a evolução do grupo como um todo. A possibilidade gerada pela Cooperativa na distribuição dos rendimentos permite uma expansão das dimensões econômicas de todos os associados, quando muitos, individualmente, trabalhavam apenas pela subsistência. Assim, a cooperativa traz vida ao cooperado, alimenta sonhos e projeções animadoras para o futuro. Sob essa perspectiva, sintetiza Butenbender:

Partindo do princípio de que uma cooperativa é formada pela organização de várias pessoas, é fundamental estabelecer canais permanentes de diálogo sem discriminação de posição ou função entre as pessoas que compõem a sociedade. Atuar em um sistema cooperativo implica estabelecer compromisso, cumplicidade e unidade, tanto da cooperativa para com o sistema quanto deste para com a cooperativa. Participar de um sistema significa estar de acordo com a missão, princípios e objetivos estabelecidos na concepção do projeto, Investir na formação de associados e fortalecer os Conselhos das cooperativas pode auxiliar a superar práticas como o individualismo, além de ampliar os horizontes das pessoas, tendo em vista a reconstrução de valores como a solidariedade e a cooperação. (BUTENBENDER, 2011, p. 51).

Hoje a Cooper A1 possui cerca de 8.092 cooperados; 91% destes são considerados pequenos produtores familiares com propriedades em média de 15 hectares. A cooperativa e suas filiais contam atualmente com uma estrutura de três fábricas de ração, 10 unidades de recebimento de grãos, 15 supermercados, 18 lojas agropecuárias, três postos de combustíveis, duas granjas, uma unidade de resfriamento, um centro de distribuição que permite uma produção de mais de dois milhões de toneladas de grãos, 95 milhões de litros de leite, 115 mil toneladas de aves, entre outros produtos anualmente, e emprega o total de 1.062 pessoas diretamente. No Município de Descanso, SC, são 816 cooperados, sendo gerados 76 empregados diretos pela Cooperativa.

Apesar dos números considerados de grande competitividade no mercado econômico, a Cooper A1 continua a desenvolver os princípios básicos do cooperativismo criados há séculos atrás como os cooperados de Rochdale. Toda essa produção se destina a investimentos para o desenvolvimento da sede cooperativa. Existem ainda as políticas de distribuição de resultados. Dessa forma, conforme se prevê desde os primeiros ideais cooperativistas, a função da cooperativa se configura, ao passo que permite, por meio de processos de integração e valorização dos produtores com menor alcance ao mercado econômico, seu desenvolvimento econômico e social mais justo.

Dessa maneira, é clara a necessidade de apoio às organizações cooperativistas em benefício de uma classe responsável pela ativação e sustentação da economia brasileira. Nesse intento, políticas públicas voltadas a incentivar a criação e a participação em cooperativas devem ser fomentadas por programas governamentais que exponham a vantagem em ser cooperado.

Faz-se necessário, da mesma forma, o acompanhamento às inovações tecnológicas da agroindustrialização principalmente nos locais onde se trabalha com uma agricultura mais rudimentar. Para tal, além do poder da força de trabalho dos agricultores, o Governo precisa colaborar dinamizando recursos para investimentos na atividade agrícola, oportunizando crescimento ao homem do campo. Afinal, todos trabalhando juntos, na mesma direção e com os mesmos objetivos, conseguem transformar o país em um lugar mais digno para se viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados quase dois séculos do início dos ideais cooperativistas, muitas conquistas ainda estão por vir. É notável que o cooperativismo contribuiu para uma considerável transformação social, principalmente no setor econômico, uma vez que fomentou a movimentação da classe trabalhadora na busca de seus direitos.

A transição da exploração da força de trabalho para as primeiras organizações de comércio autônomos (cooperativas) representou, além da ascensão dessas classes, uma oportunidade de manifestação ideológica perante a coletividade social.

Com força e aceitação social, as cooperativas ganharam espaço e formaram organizações autônomas, estabeleceram princípios e desenvolveram gestão democrática. O trabalho coletivo criou bases e as cooperativas passaram a ganhar espaço no mercado econômico, melhorar as condições de trabalho e de vida dos cooperados, vindo alcançar, em parte, os objetivos pelas quais foram constituídas.

A Cooperativa A1, no contexto regionalizado, representa muito além dos princípios e objetivos iniciais de Rochdale. Uma região voltada ao trabalho agrícola com base na agricultura familiar representa mais do que uma organização formal, mas um círculo de confiança entre os cooperados. Em defesa da coletividade, as forças se juntam, os problemas se dividem e os benefícios são usufruídos pelo grupo.

Nessa conjuntura se pode compreender que o modelo de sustentabilidade das cooperativas vem agregar valorização para os pequenos produtores que geralmente são excluídos do grande mercado de capital ou marginalizados por uma economia segregadora.

Por fim, nesses quase dois séculos de história, como um modelo que ainda tem muito a evoluir, o cooperativismo aponta otimismo em suas conquistas no desenvolvimento social, na sustentabilidade, no respeito à coletividade, na organização democrática eficiente, na capacidade de concorrer no mercado de produção, na educação, formação e infraestrutura voltadas a uma sociedade capaz de transformar sua realidade com cooperação, organização e força de trabalho.

Cooperative development in regionalised scope: a study of the creation of the Cooperative A1 from the Municipality of Descanso, SC

Abstract

Since the mid of century XVIII, in England, the cooperative matrix the Rochdale started the model of cooperative which became know in all of the world. Initially characterized as precarious, the English co-operative proposed as a basic objective the organizing informal cooperation based in the mutual help between the associated with the intention of pure survival. With the co-operative development institution of fundamental principles searched a new system economic and social in the cooperation with the objective cyclical economic transformations throughout history. The co-operative system of century XVIII passed of countless changes until we get to what we know today. In this north it is necessary contextualization history and analysis conjuncture the perspective the development of the present. Beyond the understanding of the global context cooperative, is necessary analyze regionally the small groups of associated, that establish in favour of commercialization more competitive and organized. With this intention, the present article aim a study regionally local, what is that Cooperativa A1 located at city of Descanso, SC. To reach the objective the information that follow were collected from this cooperative organization to establish, through literature, the record of creation, organization and evolution that Cooperativa A1.

Keywords: Cooperative. Regionalized. Joint marketing.

REFERÊNCIAS

- BUTENBENDER, Pedro Luís (Org.). **Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.
- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefans (Org.). **Cooperativas de Crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.
- PINTO, Almir Pazzianotto. **Cooperativas de Trabalho**. 20. ed. Curitiba: Genesis, 1999.
- PRETTO, José Miguel (Org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.
- SOUZA, Edson Galdino Vilela de. **Cooperativismo de Crédito no Brasil**. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

